



Ministério da Educação
Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Sul de Minas Gerais
IFSULDEMINAS

ETPR Nº1/2023/DOINFRA/DDRI/IFSULDEMINAS

ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR

OBRA: REFORMA ESTRUTURAL I – Campus Poços de Caldas/IFSULDEMINAS

O presente documento visa analisar a viabilidade da presente contratação, bem como levantar os elementos essenciais que servirão para compor o Termo de Referência ou projeto Básico, de forma a melhor atender às necessidades da Administração, com base na Instrução Normativa nº 40, de 22 de maio de 2020 do Ministério da Economia, no Decreto nº 10.024, de 20 de setembro de 2019, na Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993 e demais legislações correlatas.

A. Histórico de revisões:

Data	Versão	Descrição	Autor
15/02/2023	1	Versão Original	Eng.º Civil Paulo Roberto de Oliveira, CREA MG 29.949/D – SIAPE 2056557
23/02/2023	2	Revisão 01	Eng.º Civil Paulo Roberto de Oliveira, CREA MG 29.949/D – SIAPE 2056557

B. Normativos que disciplinam os serviços a serem contratados:

Normativos	Considerações
Lei nº 8.666/93	Institui normas para licitações e contratos da Administração Pública.
Instrução Normativa nº 40/2020 do ME	Dispõe sobre a elaboração do Estudo Técnico Preliminar - ETP - para a aquisição de bens e a contratação de serviços e obras, no âmbito da Administração Pública federal direta, autárquica e fundacional, e sobre o Sistema ETP digital.
Lei Complementar nº 123/2006	Institui o Estatuto Nacional da Microempresa e da Empresa de Pequeno Porte; altera dispositivos das Leis nº 8.212 e 8.213, ambas de 24 de julho de 1991, da Consolidação das Leis do Trabalho - CLT, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, da Lei nº 10.189, de 14 de fevereiro de 2001, da Lei Complementar nº 63, de 11 de janeiro de 1990; e revoga as Leis nº 9.317, de 5 de dezembro de 1996, e 9.841, de 5 de outubro de 1999.

Decreto 8.538/2015	nº	Regulamenta o tratamento favorecido, diferenciado e simplificado para as microempresas, empresas de pequeno porte, agricultores familiares, produtores rurais pessoa física, microempreendedores individuais e sociedades cooperativas de consumo nas contratações públicas de bens, serviços e obras no âmbito da administração pública federal.
Lei 12.305/2010.	nº	Institui a Política Nacional de Resíduos Sólidos; altera a Lei nº 9.605, de 12 de fevereiro de 1998; e dá outras providências.
Decreto 7.746/2012	nº	Regulamenta o art. 3º da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, para estabelecer critérios e práticas para a promoção do desenvolvimento nacional sustentável nas contratações realizadas pela administração pública federal direta, autárquica e fundacional e pelas empresas estatais dependentes, e institui a Comissão Interministerial de Sustentabilidade na Administração Pública - CISAP.
Instrução Normativa SLTI/MPOG nº01/2010		Dispõe sobre os critérios de sustentabilidade ambiental na aquisição de bens, contratação de serviços ou obras pela Administração Pública Federal.
Lei 8.078/1990	nº	Dispõe sobre a proteção do consumidor e dá outras providências.
Lei 10.520/2002	nº	Institui modalidade de licitação denominada pregão, para aquisição de bens e serviços comuns. <i>* Se for aplicável a modalidade Pregão.</i>
Decreto 10.024/2019	nº	Regulamenta a licitação, na modalidade pregão, na forma eletrônica, para a aquisição de bens e a contratação de serviços comuns, incluídos os serviços comuns de engenharia, e dispõe sobre o uso da dispensa eletrônica, no âmbito da administração pública federal. <i>* Se for aplicável a modalidade Pregão na forma eletrônica.</i>
Decreto 7.892/2013	nº	Regulamenta o Sistema de Registro de Preços previsto no art. 15 da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993. <i>*Se for Registro de Preços.</i>
Decreto 9.507/2018	nº	Regulamenta a contratação de serviços, inclusive de cessão de mão de obra com dedicação exclusiva (terceirização), mediante execução indireta. <i>* Se for contratação de serviços.</i>
Instrução Normativa SEGES/MPDG nº 05/2017		Regulamenta a contratação de serviços, mediante execução indireta, especialmente os de cessão de mão de obra com dedicação exclusiva (terceirização). <i>* Se for contratação de serviços, mediante execução indireta.</i>

Instrução Normativa SLTI/MPOG nº 05/2014	Dispõe sobre o procedimento administrativo para a realização de pesquisa de preços para a aquisição de bens e contratação de serviços em geral.
Lei nº 12.462/2011.	<p>Institui o Regime Diferenciado de Contratações Públicas - RDC; altera a Lei nº 10.683, de 28 de maio de 2003, que dispõe sobre a organização da Presidência da República e dos Ministérios, a legislação da Agência Nacional de Aviação Civil (Anac) e a legislação da Empresa Brasileira de Infraestrutura Aeroportuária (Infraero); cria a Secretaria de Aviação Civil, cargos de Ministro de Estado, cargos em comissão e cargos de Controlador de Tráfego Aéreo; autoriza a contratação de controladores de tráfego aéreo temporários; altera as Leis nºs 11.182, de 27 de setembro de 2005, 5.862, de 12 de dezembro de 1972, 8.399, de 7 de janeiro de 1992, 11.526, de 4 de outubro de 2007, 11.458, de 19 de março de 2007, e 12.350, de 20 de dezembro de 2010, e a Medida Provisória nº 2.185-35, de 24 de agosto de 2001; e revoga dispositivos da Lei nº 9.649, de 27 de maio de 1998.</p> <p><i>* Se for aplicável a modalidade RDC.</i></p>
Decreto nº 7.581/2011	<p>Regulamenta o Regime Diferenciado de Contratações Públicas - RDC, de que trata a Lei nº 12.462, de 4 de agosto de 2011.</p> <p><i>* Se for aplicável a modalidade RDC.</i></p>
Lei nº 12.546/2011	<p>Institui o Regime Especial de Reintegração de Valores Tributários para as Empresas Exportadoras (Reintegra); dispõe sobre a redução do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI) à indústria automotiva; altera a incidência das contribuições previdenciáveis devidas pelas empresas que menciona; altera as Leis nº 11.774, de 17 de setembro de 2008, nº 11.033, de 21 de dezembro de 2004, nº 11.196, de 21 de novembro de 2005, nº 10.865, de 30 de abril de 2004, nº 11.508, de 20 de julho de 2007, nº 7.291, de 19 de dezembro de 1984, nº 11.491, de 20 de junho de 2007, nº 9.782, de 26 de janeiro de 1999 e nº 9.294, de 15 de julho de 1996, e a Medida Provisória nº 2.199-14, de 24 de agosto de 2001; revoga a art. 1º da Lei nº 11.529, de 22 de outubro de 2007, e o art. 6º do Decreto-Lei nº 1.593, de 21 de dezembro de 1977, nos termos que especifica; e dá outras providências.</p> <p><i>* Se for aplicável.</i></p>
Decreto nº 7.983/2013	<p>Estabelece regras e critérios para elaboração do orçamento de referência de obras e serviços de engenharia, contratados e executados com recursos dos orçamentos da União, e dá outras providências.</p> <p><i>* Se for realizada licitação de obras ou serviços de engenharia.</i></p>

1. Informações Básicas e (NUP - Número Único de Processo)

O processo único será iniciado pelo Setor de Licitações do órgão.

2. Necessidade da Contratação (* Preenchimento Obrigatório):

O principal problema desencadeador da realização destas ações é a necessidade urgente de reparos em infiltrações nos telhados de algumas edificações do Campus Poços de Caldas do IFSULDEMINAS e a melhoria do escoamento de águas pluviais, visando a segurança dos usuários e o pleno andamento das atividades propostas, bem como a preservação do patrimônio público.

A reforma dos telhados metálicos também evitará eventuais transtornos, como paradas de aulas, atividades culturais e educacionais e o andamento regular do Campus, ocasionadas comumente por danos e anomalias observadas junto aos elementos construtivos de um telhado, como infiltrações de águas da chuva e umidade, junto ao Bloco Pedagógico e Administrativo e ainda do Auditório do Campus Poços de Caldas.

Atualmente, os edifícios onde funcionam diversos cursos, bem como o Auditório da Instituição, apresentam sérios problemas em suas instalações físicas devido às infiltrações provenientes das fortes chuvas na região. O sistema atual de captação, transporte e drenagem das descargas pluviais está sobrecarregado ou comprometido. Com isto a água vem permeando telhas, calhas e rufos em locais onde estes elementos estão sobrecarregados e/ou necessitando de reparos urgentes devido ao seu desgaste natural pelo tempo ou foram danificados ao longo desses primeiros anos pelo mau uso ou a conservação inadequada. Além disso, o recobrimento de parte de lajes expostas apresentam áreas de empoçamento e/ou rachaduras provenientes do comprometimento de seu sistema de impermeabilização, onde também ocorrem as infiltrações.

Os serviços a serem realizados nos edifícios do Campus Poços de Caldas/IFSULDEMINAS visam o conforto, bem-estar e segurança dos usuários. A umidade não afeta somente a aparência da superfície em uma edificação, mas inúmeras doenças como quadros alérgicos de rinite, problemas de pele, agravamento da asma, entre outros.

Diante disso, observa-se ser urgente a necessidade de solucionar os problemas em questão. Toda a comunidade acadêmica que exerce atividades nestes locais, passam por dificuldades ou riscos na execução de suas tarefas devido aos problemas apresentados, e isso requer uma atenção especial e urgente da Administração do Campus Poços de Caldas/IFSULDEMINAS, que sempre visa o bem-estar da comunidade acadêmica e a excelência dos serviços prestados.

3. Dados para Contratação (Área requisitante):

Área requisitante	Responsável
DIRETORIA DE ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO CAMPUS POÇOS DE CALDAS/IFSULDEMINAS	Luís Adriano Batista, SIAPE 1673990
DOINFRA/DDRI/RET/IFSULDEMINAS	Eng.º Civil Paulo Roberto de Oliveira, SIAPE 2056557

4. Descrição dos Requisitos da Contratação [Escolha da Solução, com previsão de critérios e práticas de sustentabilidade].

Recomenda-se a exigência da qualificação técnica das licitantes por meio dos seguintes instrumentos:

- Atestado(s) de Capacidade Técnico-Operacional, em nome da licitante, expedido(s) por Pessoa Jurídica de direito público ou privado, que comprove(m) ter a licitante (Pessoa Jurídica) desempenhado atividade pertinente e compatível com o objeto desta contratação;
- Atestado(s) de Capacidade Técnico-Profissional, devidamente registrado(s) no CREA, expedido(s) por Pessoa Jurídica de direito público ou privado, que comprove(m) ter o (s) profissional(is) da empresa licitante desempenhado atividade pertinente e compatível com o objeto desta contratação.

Para efeito de avaliação dos subitens acima, serão considerados os itens de maior relevância técnica e/ou financeira do serviço de engenharia.

Com relação aos critérios de sustentabilidade podemos citar:

- Uso de materiais que permitem reciclagem futura;

- Andaimos metálicos que permitam reutilização quando necessários;
- Uso de lâmpadas de emergência de LED de alta eficiência energética com qualidade, durabilidade e eficiência;
- Sistema de reaproveitamento de águas de chuva através de construção anterior de sistema de captação, reserva e reutilização de águas de chuva, inclusive para utilização como reserva de combate a incêndio e pânico.
- A futura contratada deve promover, sempre que possível, curso de educação, formação, aconselhamento, prevenção e controle de risco aos trabalhadores, bem como sobre práticas socioambientais para economia de energia, de água e redução de geração de resíduos sólidos no ambiente onde se prestará o serviço.

5. Levantamento de Mercado e Justificativa da Escolha do Tipo de Solução a Contratar:

Em geral, a solução baseia-se na execução de serviços de engenharia no intuito de corrigir a entrada de água nas edificações que fazem parte deste objeto, bem como de reparar os danos já sofridos pela infiltração.

Além da correção do telhamento dos diversos edifícios, a correção do problema de infiltração dar-se-á, principalmente, pela troca de telhas e estruturas metálicas de apoio, bem como a realização da troca das calhas embutidas por outras que estarão fora da área de projeção nas lajes, para que, em caso de transbordamento em fortes chuvas, estas transbordem sem o risco de se projetarem sobre as mesmas, causando as infiltrações nos ambientes internos das edificações.

Iremos também aumentar o número e o diâmetro dos condutores pluviais, aumentando a velocidade e o volume de retirada das águas pluviais que atingem os diversos telhados.

Para a escolha da solução a contratar foram consideradas contratações similares já realizadas em nossas unidades tal como o RDC 04/2019, processo 23343.003032/2019-08, contrato 22/2019 da Reitoria do IFSULDEMINAS, obra de Reforma Geral do Campus Avançado Carmo de Minas em diversas edificações.

Ou ainda o RDC 02/2020, processo 23343.002141/2020-33, contrato 22/2020 da Reitoria do IFSULDEMINAS, obra de Adequação Geral da Reitoria do IFSULDEMINAS.

Este objeto de contratação tem os mesmos parâmetros técnicos das construções existentes dentro do Campus, ou seja, é a continuidade da solução escolhida anteriormente e que atendeu às construções do Auditório, Hall principal, Anexo do hall, Bloco Pedagógico, Passarela enfrente ao refeitório e ginásio poliesportivo.

6. Descrição da solução como um todo [Escolha do tipo de Solução] (* Preenchimento Obrigatório):

Como já relatamos, a obra atual é a continuação do padrão de obras anteriores, de sua construção inicial, compreendendo o objeto desta contratação os serviços que realizarão o telhado em telhas metálicas trapezoidais com engradamento metálico; instalação e/ou refazimento de calhas metálicas em seu perímetro, além de rufos e contra-rufos; alvenaria de tijolos cerâmicos em estrutura de concreto armado (fechamento de alvenaria do telhado no auditório); reparos de chapiscos e rebocos em paredes internas e externas, inclusive teto; posterior emassamento das paredes e tetos internos e pintura látex acrílico; melhoria e aumento da capacidade das instalações pluviais, melhoria e aumento das tubulações de drenagem e escoamento de águas pluviais, além da limpeza das caixas existentes, instalação de postos de visita nas linhas de drenagens pluviais, refazimento de forros de drywall e forro mineral.

O referido objeto se encontra localizado no Campus Poços de Caldas/MG, sito à Avenida Dirce Pereira Rosa, nº 300, bairro Jardim Esperança - CEP 37.713-100, que tem a posse do imóvel através da seguinte escritura:

- Lei nº 8816 de 20 de dezembro de 2011, da Prefeitura Municipal de Poços de Caldas/MG;
- Imóvel destacado de maior porção, situado no local denominado "Campos José Paulino", "Lagoa" ou "Vargem do Pedro", representado por área de terreno perfazendo 57.216,76 m² e respectiva edificação, matriculado no Cartório de Registro de Imóveis local, sob o nº 13.346, em 02 de dezembro de 1.981, com as seguintes medidas, vértices e confrontações:

- “Tem como ponto de início e amarração o Ponto P-01 nas coordenadas UTM 7.584.480,77 N e 338.862,35 E, locado no alinhamento predial da rua Projetada de ligação ao Aeroporto Municipal, esquina com a Avenida Dirce Pereira Rosa; deste, segue pelo alinhamento predial da referida Avenida numa distância de 170,71 mts até o Ponto P 02, nas coordenadas UTM 7.584.408,82 N e 339.013,04 E; deste, deflete à direita e segue numa distância de 373,07 mts até o ponto P-03 nas coordenadas UTM 7.584.094,22 N e 338.812,50 E; deste, deflete à direita e segue pelo córrego até o ponto P-04 nas coordenadas UTM 7.584.342,83 N e 338.698,11E, numa distância de 284,24 mts; deste, deflete à direita e segue numa distância de 214,49 mts até o Ponto P-01 início desta descrição;
- **Área total aproximada a ser trabalhada de 2.500 m².**

7. Estimativas das quantidades a serem contratadas (* Preenchimento Obrigatório):

Estes serviços por ora contratados e suas quantidades estão anotadas na planilha geral de referência desonerada, baseada no SINAPI de DEZ2022 e SETOP de OUT2022 e devem atender as necessidades já citadas ao longo da vigência do contrato/prazo para execução da obra. Foram incluídos nos orçamentos todos os elementos necessários tais como: quantidades, preços unitários de referência, BDI referenciado e total geral de referência para os serviços que se apresentam abaixo, quais sejam:

- Serviços preliminares/técnicos, como limpeza, demolições e retirada de entulhos;
- Movimentação de terra com aterro e desaterro;
- Superestrutura com armação de ferragens, formas e concreto em pequenas quantidades, apenas no fechamento telhado do auditório;
- Alvenaria para pequenos fechamentos;
- Esquadria de dimensão reduzida para entrada de serviço no telhado do Auditório;
- Cobertura com inúmeros serviços de remoções, reparos, novos telhados para reposição em diversos pontos;
- Instalações elétricas para reposicionamento de refletores de áreas externas;
- Instalações hidráulicas e pluviais diversas;
- Impermeabilizações;
- Revestimento interno e externo;
- Pinturas diversas;
- Forros;
- Instalações para ar-condicionado;
- Gerenciamento de obra;
- As Built dos projetos e
- Limpeza final da obra.

8. Estimativas Do Valor da Contratação (* Preenchimento Obrigatório):

Para critério de cálculo do custo estimado para esta obra e em obediência ao decreto 7.983, de 08ABR2013, utilizou-se referências em publicações especializadas com preços de serviços e insumos constantes das tabelas SINAPI da Caixa Econômica Federal de dezembro de 2022 (planilha analítica, sintética e de insumos) e SETOP de outubro de 2022 (planilha analítica e sintética). Ainda todas as planilhas de acordo com a desoneração fiscal e ainda algumas composições deste Instituto com preços de mercado que acompanham o referido processo.

Valor Estimado de Referência da Contratação **R\$ R\$ 700.480,93** (Setecentos Mil, Quatrocentos e Oitenta Reais e Noventa e Três Centavos).

9. Justificativas para o Parcelamento ou não da Solução (* Preenchimento Obrigatório):

Não se aplica o parcelamento para esta obra, face a particularidade da diversidade de itens e serviços de engenharia objeto deste estudo.

Por tratar-se de execução de obra, não é recomendável o parcelamento da solução além do requerido pela pertinência dos serviços, evitando assim que possíveis futuras responsabilizações não tenham mais de um destinatário, o que, além da polêmica entre as contratadas, ocasionaria evidentes prejuízos à nossa Instituição e ao erário público.

A obra em referência não pode ser tratada como objeto passível de parcelamento, haja vista que cada uma de suas etapas e serviços se inter-relacionam de maneira dependente uns dos outros. Ainda, o parcelamento é economicamente inviável pois poderia acarretar em perda de economia de escala.

10. Contratações correlatas e/ou interdependentes:

Não verifica-se contratações correlatas para a viabilidade e contratação desta demanda. Não haverá contratação nem ao menos de serviços técnicos profissionais especializados de arquitetura e engenharia consultivas, na elaboração de estudos, projetos, orçamentos, cronogramas de obras, memoriais descritivos, já que estes serão realizados pela equipe técnica da Diretoria de Obras e Infraestrutura do IFSULDEMINAS/Reitoria e que também fará a fiscalização, acompanhamento e implementação da obra pelo seu corpo técnico junto ao Campus Poços de Caldas/IFSULDEMINAS.

11. Alinhamento entre a Contratação e o Planejamento (* Preenchimento Obrigatório):

Esta contratação está prevista no Plano Anual de Contratações Públicas do Sistema de Planejamento e Gerenciamento de Contratações do campus Poços de Caldas/IFSULDEMINAS, ano 2023, no número do Documento de Formalização da Demanda: 13/2023.

12. Resultados Pretendidos (Efetividade e desenvolvimento nacional sustentável):

Toda a comunidade acadêmica que exerce atividades nos locais supracitados passa por dificuldades ou riscos na execução de suas tarefas devido aos problemas apresentados. Desta forma, através da execução dos serviços descritos espera-se tão somente que os resultados sejam aqueles relacionados à saúde, conforto e bem-estar de toda a comunidade acadêmica, fundamentais para o bom rendimento das atividades de cada ser humano.

13. Providências anteriores à Contratação:

Não se aplica, pois não será necessário realizar quaisquer adequações anteriores na estrutura física, bem como não serão necessários treinamentos ou capacitações para os servidores envolvidos na fiscalização e gestão do contrato, visto que serviços como este são realizados rotineiramente no IFSULDEMINAS.

14. Possíveis Impactos Ambientais:

As construções existentes e que sofrerão intervenções nas suas áreas internas, nos locais já estabelecidos e definidos, não são passíveis de licenciamento ambiental, uma vez que se tratam de áreas de uso consolidado e suas atividades não estão previstas no Anexo único da Deliberação Normativa nº 74, de 09 de setembro de 2004 do COPAM que: "Estabelece critérios para, classificação segundo o porte e potencial poluidor de empreendimentos e atividades modificadoras do meio ambiente, passíveis de autorização ambiental de funcionamento ou de licenciamento ambiental no nível estadual.

Determina também normas para indenização dos custos de análise de pedidos de autorização ambiental e de licenciamento ambiental e dá outras providências".

O local onde haverá intervenção não se encontra dentro de limites de APP (Área de Preservação Permanente).

O serviço de fornecimento de água ficará a cargo da concessionária municipal (DMAE – Departamento Municipal de Água e Esgoto) não sendo necessário outorga para direito de uso de recurso hídrico.

Positivamente podemos observar que temos já instalado no Campus Poços de Caldas sistema de captação, armazenamento e utilização de águas de chuva.

15. Declaração da Viabilidade ou Não da Contratação (* Preenchimento Obrigatório):

Com base nos elementos anteriores do presente documento de Estudo Técnico Preliminar, declaramos que:

(X) É viável a contratação proposta pela unidade requisitante.

() Não é viável a contratação proposta pela unidade requisitante.

15.1 Justificativa da viabilidade (* Preenchimento Obrigatório):

Atualmente as edificações citadas neste ETP sofrem com grandes problemas de infiltração, o que pode acarretar problemas de saúde para aqueles que lá frequentam, problemas com questões estéticas, bem como problemas estruturais nas edificações.

Os serviços tratados neste documento buscam oferecer aos servidores, professores e alunos do Campus Poços de Caldas/IFSULDEMINAS, uma ótima infraestrutura, visando o bem-estar da comunidade acadêmica e a excelência dos serviços prestados. Além disso, é muito importante tratar o problema enquanto não passam de infiltrações de menor monta, já que, caso os reparos não sejam realizados, o desgaste só aumentará e, assim, poderá haver até a impossibilidade total de uso dos espaços públicos.

16. Responsável pelo Estudo Técnico Preliminar:

Certifico que sou responsável pela elaboração do presente documento que compila os Estudos Técnico Preliminares:

Pouso Alegre, 23 de fevereiro de 2023.

Integrante Técnico

Eng.º Civil Paulo Roberto de Oliveira, CREA-MG 29.949/D

SIAPE - 2056557

(Documento assinado eletronicamente)

Integrante Requisitante

Luís Adriano Batista

Diretor de Administração e Planejamento

SIAPE - 1673990

(Documento assinado eletronicamente)

17. Do Acesso às Informações contidas no presente Estudo Técnico Preliminar:

Nos termos da Lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2011, entendemos que:

(X) As informações contidas no presente Estudo Técnico Preliminar deverão estar disponíveis para qualquer interessado, pois não se caracterizam como sigilosas.

() As informações contidas no presente Estudo Técnico Preliminar assumem caráter sigiloso, nos termos do art. 23 da Lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2011, e, portanto, deverão ter acesso restrito.

Documento assinado eletronicamente por:

- **Paulo Roberto de Oliveira, DIRETOR - CD4 - IFSULDEMINAS - DOINFRA**, em 23/02/2023 16:11:08.
- **Luis Adriano Batista, DIRETOR - CD4 - PCS - PCS-DAP**, em 23/02/2023 16:19:31.

Este documento foi emitido pelo SUAP em 23/02/2023. Para comprovar sua autenticidade, faça a leitura do QRCode ao lado ou acesse <https://suap.ifsulde Minas.edu.br/autenticar-documento/> e forneça os dados abaixo:

Código Verificador: 329470

Código de Autenticação: bbdd22cab6



Documento eletrônico gerado pelo SUAP (<https://suap.ifsulde Minas.edu.br>)
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Sul de Minas Gerais